

de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

~~21 de Agosto~~
Domingos Cordeiro Moraes

Ata da Sexta Reunião Ordinária do Segundo Período Ordinário, do ano de mil novecentos e oitenta e sete (1987), realizada no dia vinte de agosto do corrente ano.

As dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete (1987), sob a presidência do Senador Aires Benna de Sigueredo, com a ocupação da primeira e da segunda secretarias pelos Senadores Walter de Benna Ferreira e Domingos Cordeiro Moraes, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabeão de Angicos, e além de serem responderam a chamada nominal, os seguintes Senadores: Quintance Ocilio de Oliveira, Almeidaes Ferreira de Souza, Ayr Sílvia da Rocha, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Ana Lídia Kathion dos Santos Corio, Dinley Pereira da Silva, Genaldino Januário Neves, Mauro José de Aguiar, Domingos Cordeiro Moraes, Octávio Rago Cabaglia, Sílvia dos Santos Figueira Silva, Virgínia Corio de Souza e Walter de Benna Ferreira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada o Ata da Quinta Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo. Logo após, o Senhor Presidente determinou a leitura de EXPEDIENTE, que constou da seguinte: Requerimento nº 132/87, de autoria do Senador Virgínia Corio de Souza, dispôs sobre concessão de Moção de Aplausos ao Doutor João Batista Torres Filho, pelo encargo no cargo de Superintendente Regional da CEDAE. Requerimento nº 134/87, de autoria do Senador Ayr Sílvia da Rocha, dispôs sobre peti-

de de urgência, discussão única mas Comissão de Constituição e Jurisdição, Simancas, Urgentemente e Apropriação e de Redação Final, para o Projeto de Lei nº 86/87, contendo Mensagem Executiva nº 69/87, Requerimento nº 137/87, de autoria do Senador Walter de Benna Teixeira, dispôs sobre o envio de expediente ao Tribunal de Contas da União, solicitando orientação à Câmara Municipal de Cabo Frio na aplicação dos Royalties do Petróleo pelo Prefeito Municipal, sua fiscalização, Requerimento nº 139/87 de autoria do Senador Virgílio Corrêa de Souza, dispôs sobre concessão de Moção de Penas à família do Senhor Pedro Roberto Perez Cardoso, pelo seu falecimento ocorrido no dia 16 de agosto p.p., Requerimento nº 140/87, do mesmo autor, dispôs sobre concessão de Moção de Aplausos ao Senhor Djalmar Freitas de Souza, chefe do Setor de Pessoal do Supermercado ABC, pelo maneira respeitável e cordial com que dirige os funcionários daquela organização, Requerimento nº 144/87, de autoria do Senador Octávio Raja Cabaglia, requer urgência e discussão única para o Projeto de Lei nº 75/87, e Projeto de Lei nº 86/87, contendo Mensagem Executiva nº 69/87, dispôs sobre concessão de Subvenção para o exercício do ano em curso à equipe do "CABO FRIO ESPORTE CLUBE FORÇA JOVEM" entidade desportiva com sede neste Município, no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzados). Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente interrompeu os trabalhos ao pagamento dedicado aos Oradores inscritos em livro próprio ~~na~~ uma da tribuna. Foi uma da tribuna como primeiro orador inscrito o Senador Geraldo Jairo Neves, iniciando a sua fala, e parlamentar voltou a tribuna, para cobrar da direção do CERS e CEDAE, maior dinâmica nos serviços prestados pelas entidades, a fim de minimizar a situação caótica da população, quando do recebimento de serviços oferecidos pelos respectivos órgãos. Lembrando que os diretores denunciam empresas que justificassem, alegando que através do Plano Brenner, as empresas fornecedoras de material, forneciam os equipamentos e materiais em quantidade reduzidas. A seguir, o Senador se mostrou perplexo ao ver reportagem feita pelo "Jornal Nacional" quanto a retirada de areias das Dunas de Cabo Frio, e sugeriu ao Presidente da Casa a constituição de uma Comissão, a fim de apurar junto o Cio. Nacional de Alcalis e a empresa que explora o local, quanto as responsabilidades. Neste instante o Senador considerou o parte ao Sena-

dor Walter de Bessa Teixeira, que respondeu a pergunta feita pelo
 orador, afirmou ser o governo federal, através do Senhor Ministro
 das Minas e Energia que concedeu alvará de exploração com fins di-
 recionado a pesquisa. Adiante, o Senador Geraldimio Farias Neves, no
 comemorou ao Presidente da Casa, levar ao conhecimento do Senhor
 Ministro das Minas e Energia, que a exploração das Dumas não com
 fins lucrativos e não para pesquisa. Neste momento, o orador vol-
 tou o ceder aparte ao Senador Walter de Bessa Teixeira, que manifes-
 tou seu repúdio, considerou ser um afronta do Senhor Ministro,
 conceder alvará a determinadas empresas, vinculada e compraco le-
 gal através de Lei Estadual que tomou as dumas do Município de
 Cabo Jiru. Por conseguinte, o Senador Geraldimio Farias Neves, anun-
 ciou que dentro em breve, abandonaria a vida pública, mas que não
 se afastaria de suas atividades junto as pessoas carentes pois inde-
 pendia tal comportamento de sua situação política logo após, ocupou o
 tribuna e Senador Dirlei Pereira da Silva, iniciando a sua fala, o Sena-
 dor comentou das dificuldades encontradas pela população em falar com
 o Senhor Prefeito Municipal, dizendo ser uma tarefa árdua e combativa
 para aqueles que desejam explicar os seus sentimentos e desejos ao Se-
 nhor Prefeito Municipal. A seguir, fez comentários sobre os promun-
 ciamentos de chefe do Executivo, proferidos na Casa, e quando da sua
 fala emitia críticas contra o orador, tornando um gesto indevido e
 incoerente, pois não estava presente naquela oportunidade. Adiante, voltou
 a registrar que o executivo recebeu Cr\$ 100.000.000,00 (Cem milhão de
 cruzados) e que fora mal empregado em obras desnecessárias, nem o
 devida retorno a população, citou como exemplo os funcionários da Ca-
 sa, inclusive os senadores que receberam seus subsídios oito dias após
 o vencimento, o que configurava em infração político-administrati-
 va. Acrescentou que várias obras estavam paradas, porque as empreitei-
 ras prestadoras de serviços não recebiam pelas obras executadas no Municí-
 pio. Por conseguinte, o Senador falou que o Senhor Prefeito Municipal disse
 na que foram feitos investimentos no turismo, mais o que se viu era uma
 campanha publicitária de auto promoção, e que não abandonará a sua
 conduta parlamentar e não obedecerá das suas convicções em favor da
 população do Município de Cabo Jiru, encerrando de imediato a sua fala.

Em seguida, ocupou o tribuna o Senador Mauro José de Aguiar, iniciando a sua fala, discordando da fala do Senador Diniz Pereira da Silva, enfatizou que Cabo São necessitava de diversos obras e as que estavam em curso eram prioritárias e relevantes ao desenvolvimento do Município e que antes não fora possível implementar as obras necessárias a população, em função do conflito econômico que o Município sofreu em decorrência da emancipação do então Município de Arraial do Cabo, causando a perda de 40% (Quarenta por cento) do I.C.M. oriundos da Companhia Nacional de Alcalis. Prosseguindo, disse estar trabalhando para trazer para Cabo São, obras e órgãos públicos indispensáveis ao desenvolvimento de Cabo São. Encerrando de imediato a sua fala. A seguir, ocupou o tribuna a Senadora Ana Celina Mathian dos Santos Correia, iniciando a sua fala, abordou o questionário da revitalização do terminal implantada pelo Executivo Municipal, e concordou com o Senador Diniz Pereira da Silva, quando este dizia que o sistema de revitalização fora feito de maneira incorreta. Dirigiu a fala ao Senador Mauro José de Aguiar, quando o parlamentar afirmou que os recursos dos Royalties estaria aplicados. A oradora reagiu dizendo ser uma incoerência por parte do Executivo, face ao não pagamento dos serviços prestados pelas empreiteiras prestadoras de serviços. Adiante, ressaltou a importância do 3º Congresso de Senadores e ser realizado no Município de Niterói, com enfoque de temas importantes e conclamou a seus pares a participarem. Prosseguindo, a Senadora defendeu a importância do Projeto de Lei nº 24187, que tramitava nos autos da Casa, instituiu bolsas de estudos aos estudantes que estivessem cursando faculdades em outros municípios, e pediu a atenção dos parlamentares para refletirem sobre os benefícios que a proposição traria a população, encerrando a seguir a sua fala logo após, ocupou o tribuna o Senador Aristarco Araújo de Oliveira, iniciando a sua fala, o Senador abordou o questionário do Embryo Religioso, emenda constitucional que tramita nos autos do Congresso Nacional, e ressaltou a importância do ensino religioso, independente de credo nas escolas. A seguir, o Senador destacou a importância da Questão do Embryo Religioso e destacou a figura de Evangelizador Divaldo Pereira Franco, justificando que a emenda não poderia jamais passar que esses ensinamentos pudessem chegar até a outras pessoas. Prosseguindo, disse buscar nos pronunciamentos proferidos pelo Senhor Divaldo Pereira Franco, a verdadeira valorização humana, a refletir sobre

a importância da fé, encerrando de imediato sua fala. Logo após ocupou a tribuna o Senador Walter de Senno Teixeira, iniciando a sua fala, o parlamentar voltou a tribuna para defender a necessidade da Casa finalizar os recursos oriundos dos Royalties do Petróleo. Sugeriu que fosse feita balancete específico para os Royalties do petróleo, diferenciado do orçamento municipal. Acrescentou que tratava no caso, Requerimento de sua autoria, onde questiona a quem caberá a finalização de aplicação dos Recursos do Petróleo. Adiante, o parlamentar fez um chamamento das responsabilidades das autoridades municipais, solicitou que fosse feito um estudo a fim de viabilizar a diminuição de gabarito das construções, e que considerou ser de grande importância para o município, uma vez que a cidade não tinha infraestrutura necessária a comportar este crescimento. Prosseguindo, o Senador considerou ser imprescindível um crescimento planejado, delado através de um plano piloto. Propôs a mudança do Código de Obras, de modo a disciplinar as construções no Município, e encerrou sua fala. Logo após ocupou a tribuna o Senador Aino Senno de Siqueira, iniciando a sua fala, o Senador disse discordar de alguns pronunciamentos feitos da tribuna da Casa, argumentou que das siglas de oposição não esperaria elogios, disse serem distorcidas as declarações de oposição, em prejuízo da verdade. A seguir, considerou-se entorpecido ao ouvir o pronunciamento feito pelo líder do PDT, quando dizia que o Prefeito não respeitava a população. Explicou ser falta de respeito quando o povo nos seus ambientes é atendido, através das obras implantadas por todo o município e ver o líder do PDT fazer críticas negativas contra essas obras e contra a população. Adiante, falou da reunião da Coligação das siglas PDT, PSB, e PCB, realizada no Plenário da Casa, com o objetivo de achincalhar os Senadores da Casa, inclusive o líder do PDT. E que o Senador Diniz Pereira da Silva, deveria fazer comentários com mais responsabilidades em benefício do Município de Cobo Branco. Prosseguindo, disse que trabalharia para que os imendados fossem repudiados, levando a população a verdade, e trabalhar sério e responsável de que é ser homem público, encerrando de imediato a sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para uso da tribuna, o Senhor Presidente

transportou os trabalhos ao regimento dedicado a "Ordem do Dia" que
constou do seguinte: Aprobados os Requerimentos nº: 134/87, de autoria
do Vereador Agnô Silva da Rocha; 137/87, da autoria do Vereador Walter de
Bessa Teixeira; 139/87, de autoria do Vereador Virgínia Corrêa de Souza,
e Requerimento nº 144/87, de autoria do Vereador Octávio Raja Cabogaia.
Foram rejeitados os seguintes Requerimentos: Requerimentos nº 132 e 140/
87, de autoria do Vereador Virgínia Corrêa de Souza. Foram encaminhados
na Comissão Técnica para em conjunto emitirem os seus Pareceres nos
seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 75/87, de autoria do Vereador Octávio
Raja Cabogaia. Projeto de Lei nº 86/87, contendo Mensagem Executiva nº
69/87. Aprobado o Parecer favorável da Comissão de Constituição e
Justiça no Projeto de Lei nº 75/87, de autoria do Vereador Octávio Raja Cabogaia.
Por último, foi aprovado Parecer favorável da Comissão de Finanças
Orçamentárias, em relação aos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 70/87, con-
tendo Mensagem Executiva nº 49/87, Projeto de Lei nº 71/87, contendo Mensagem
Executiva nº 50/87, Projeto de Lei nº 72/87, contendo Mensagem Executiva
nº 51/87, Projeto de Lei nº 73/87, contendo Mensagem Executiva nº 60/87,
Projeto de Lei nº 78/87, contendo Mensagem Executiva nº 59/87, Projeto de Lei
nº 79/87, contendo Mensagem Executiva nº 61/87, Projeto de Lei nº 80/87, con-
tendo Mensagem Executiva nº 62/87 e Projeto de Lei nº 81/87, contendo Men-
sagem Executiva nº 64/87. Terminada a "Ordem do Dia", o Senhor Presidente
promoveu a palavra aos Vereadores que quizessem fazer uso da Tri-
buna em "Explicação Pessoal". Fêz uso da palavra o Vereador ALCINETE
DES FERREIRA DE SOUZA, iniciando a sua fala, o Vereador considerou incoer-
ente alguns pronunciamentos proferidos pela oposição, lembrou também
a reunião realizada na Casa, entre os grupos PDT, PSB, PCB e manifestou a
sua protesta ao ouvir pronunciamentos e acusações contra a honrabilidade
dos parlamentares da Casa, considerou ser uma atitude grosseira e antide-
mocrática, encerrando a seguir sua fala.

Suas Págs. Significando
Quis cordão de Moura